

Cartilha de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

bandes





Sumário

1 Apresentação	03
2 Definições	04
3 Etapas do processo de “lavagem” de dinheiro	05
4 Papel das Instituições Financeiras na PLD/CFT	06
5 Prevenção à LD/CFT no Banes	07
6 Indícios de suspeita de LD/FT	08
7 Reporte de situações suspeitas de LD/FT	09
8 Riscos e Penalizações	10
9 Referências Legais	11



Apresentação

A Prevenção à Lavagem de Dinheiro e o Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT) são objetivos primários de um sistema financeiro saudável, ético e eficiente, em conformidade com a legislação, considerado essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país.

Esta cartilha visa orientar os colaboradores, parceiros e prestadores de serviços com os quais o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. - Bandes mantém relacionamento comercial, tendo como objetivo disseminar as diretrizes e procedimentos de PLD/CFT do Bandes, e faz parte do Programa de Treinamento de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do Bandes.

O conteúdo desta cartilha é meramente orientativo e não substitui a íntegra da legislação e normativos que regulamentam o assunto. O objetivo desse documento é promover a cultura organizacional de prevenção à Lavagem de Dinheiro e combate ao Financiamento do Terrorismo em toda a rede de relacionamento, interna e externa, do Bandes.

As diretrizes aqui registradas não criam direitos ou garantias, inclusive nas esferas judicial ou administrativa, e não afastam a responsabilidade de interpretação, como fonte primária, da Lei nº 9.613/1998 e demais normativos inerentes ao tema.



Definições

Você certamente já ouviu falar no termo “Lavagem de Dinheiro”. É muito importante que todos saibam o que é, e como prevenir a Lavagem de Dinheiro.

A origem do termo “lavagem de dinheiro”, ou em inglês, “*money laundering*” faz uma referência histórica ao gângster americano Al Capone. Em 1928, ele comprou uma cadeia de lavanderias em Chicago que servia de fachada para legalizar dinheiro originário de uma série de atividades ilegais, como prostituição, extorsão e o comércio de bebidas alcoólicas proibido na época pela Lei Seca. Essa fachada permitia-lhe fazer depósitos bancários de notas de baixo valor, normais para uma lavanderia, misturadas com aquelas resultantes do comércio ilegal.

• Por que se “lava” dinheiro?

O dinheiro é lavado com o objetivo de encobrir sua origem criminoso, a fim de transformá-lo como de livre utilização. A lavagem busca dar ao dinheiro de origem

ilícito uma aparência de legalidade, entretanto esse processo nunca poderá dar-lhe tal caráter, visto que o que é originalmente ilícito não pode transformar-se em legal.

• O que é Terrorismo?

O crime de terrorismo é geralmente tratado, nas convenções internacionais, como assunto correlato à lavagem de dinheiro. Trata-se de uma exceção: no caso do terrorismo, a origem do dinheiro não precisa ser necessariamente ilícita, contrariando a definição clássica de lavagem. Um milionário pode financiar um grupo terrorista usando dinheiro lícito, obtido de seus negócios regulares.

O terrorismo é um crime definido como a prática de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio ou a paz pública. A Lei nº 13.260/2016 estabelece quais atos são configurados como atos de terrorismo.

Etapas do processo de “lavagem” de dinheiro

A lavagem de dinheiro é um processo que pode ocorrer em múltiplas etapas com o mesmo propósito: dar aparência de legalidade a bens que originalmente provém de atividades ilícitas.

Esquema típico de lavagem de dinheiro





Papel das Instituições Financeiras na PLD/CFT

Os processos criminosos de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo são constantemente aperfeiçoados e devem ser sempre monitorados em todas as suas formas, a fim de que as medidas de combate a essas práticas sejam tempestivas e eficientes. O papel das instituições financeiras é fundamental nesse processo de PLD/CFT.

Ao transitar por uma instituição financeira, o dinheiro de origem criminosa transforma-se rapidamente em recurso aparentemente lícito. A velocidade de movimentação dos recursos entre bancos,

sendo possível até sua transferência para o exterior, facilita a dissimulação de sua origem, dificultando a investigação do crime e fazendo com que os bancos sejam o alvo preferencial para a prática de lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, o Banco Central do Brasil - BACEN, como órgão regulador das instituições financeiras, determina a implementação de políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com o porte de cada instituição e volume de operações, destinados a prevenir a utilização dessas instituições na prática dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores.



Prevenção à PLD/CFT no Banes

Acompanhando a evolução do tema em âmbito nacional e global, o Banes aprovou a revisão da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo em agosto de 2023.

Também em agosto de 2023 foram criados novos normativos sobre o tema, são eles: IN-GERCI-NI-013- Conheça seu cliente (KYC), Colaborador (KYE) e Parceiro/Prestador de Serviço (KYP e KYS) e IN-GERCI-NI-014 - Monitoramento, seleção e análise de situações suspeitas de LD/FT.

Atualmente, os principais procedimentos adotados pelo Banes com a finalidade de prevenir e combater o fluxo de eventuais transações ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo são:

- ✓ Conheça seu Cliente;
- ✓ Conheça seu Colaborador;
- ✓ Conheça seu parceiro/prestador de

serviço;

- ✓ Matriz de Avaliação de risco para PLD para clientes, colaboradores, instituição, parceiros/prestadores de serviços, produtos e serviços;
- ✓ Processos de monitoramento, seleção e análise de situações suspeitas de Lavagem de Dinheiro ou Financiamento do Terrorismo;
- ✓ Procedimentos de auditoria com foco em Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo;
- ✓ Promoção de cultura organizacional e capacitação de PLD/CFT, contemplando, inclusive, os colaboradores, os parceiros e os prestadores de serviços terceirizados;
- ✓ Previsão de comunicação ao COAF de situações com suspeita de irregularidades relacionadas à LD/FT; e
- ✓ Avaliação de Efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Combate ao Financiamento do Terrorismo, documentando-a em relatório específico submetido à ciência do CONAD e COAUD.



Indícios de suspeita de LD/FT

A Carta-Circular nº 4001/2020 prevê situações que exemplificam a ocorrência de indícios de suspeita de LD/FT no âmbito das instituições financeiras.

As hipóteses aplicáveis ao Bandes estão contidas na IN-GERCI-NI-014 - Monitoramento, seleção e análise de situações suspeitas de LD/FT.



Reporte de situações suspeitas de LD/FT

Todos os colaboradores, parceiros e prestadores de serviços do Bandes que tiverem conhecimento ou qualquer suspeita em relação a alguma transação que pareça violar a Política de PLD/CFT do Bandes ou se enquadre nas hipóteses previstas na Carta-Circular BACEN nº 4001/2020, devem reportar imediatamente a situação ao Bandes.

Internamente, os colaboradores devem reportá-la ao superior imediato, que a encaminhará à Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (GERCI) ou registrar via canal de denúncias do Bandes (<https://www.bandes.com.br/Site/CanalDeDenuncia/CanalDeDenuncia>). O canal de denúncias também poderá ser utilizado pelo público externo do Bandes, parceiros e

prestadores de serviços.

Não é necessário se identificar, mas é extremamente importante que constem dados suficientes para o início do trabalho de apuração.

A depender do indício detectado, a situação será analisada pela Comissão de Análise de Indícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (COLAV) e encaminhada para o Diretor Responsável pela PLD/CFT para decisão de comunicação ao COAF.

Quando aplicável, o reporte às autoridades deverá ser efetuado pela GERCI logo após conclusão da investigação e também no caso das situações automaticamente comunicáveis.

O cliente ou parte envolvida não deverá ser informado sobre eventual suspeita.



Riscos e Penalizações

Todos os colaboradores, parceiros e prestadores de serviços do Bandes devem conhecer a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e cumprir a legislação terna e as normas internas relacionadas ao tema.

É importante destacar que rumores de associação com pessoas que lavam dinheiro podem danificar o bom nome e a reputação do Bandes, podendo diminuir a confiança de nossos clientes.

A falha no cumprimento das leis e regulamentos de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo poderá resultar em severas penalidades criminais e civis para o Bandes e/ou seus colaboradores, parceiros e prestadores de serviços.

A penalidade vai desde a advertência até a cassação da autorização de funcionamento da instituição, incluindo aplicação de multa de até R\$ 20 milhões por evento, inabilitação temporária para o exercício do cargo de administrador e reclusão de 03 (três) a 10 (dez) anos.



Referências Legais

Lei Federal nº 9.613/1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.260/2016 - Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Circular BACEN 3.978/2020 - Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles

internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores de que trata a Lei 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei 13.260, de 16 de março de 2016.

Carta Circular BACEN 4.001/2020 - Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).